



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

### A CRISE DO CAPITAL NO CONTEXTO DOS ANOS DE 1970 E A OFENSIVA NO MUNDO DO TRABALHO

Greice dos Reis Santos<sup>1</sup>  
Marina Valéria Delage Vicente Mancini<sup>2</sup>  
Victoria Sabatine de Paiva Neves<sup>3</sup>  
Marina Rodrigues Corrêa dos Reis<sup>4</sup>  
Lucas Nunes Nora de Souza<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente artigo consiste numa abordagem teórico-analítica acerca da crise do capital, no contexto dos anos 1970, e sua ofensiva no mundo do trabalho e no campo da organização da classe trabalhadora no contexto contemporâneo.

**Palavras-Chave:** Crise do Capital; Mundo do Trabalho e Classe Trabalhadora.

**Abstract:** The present study consists in a theoretical-analytic approach about the capital crisis, in the 1970's context, and its impact in the world of labour and in the field of the organization of the working class nowadays.

**Keywords:** Capital Crisis; World of Work and Working Class.

#### I. INTRODUÇÃO:

O presente artigo visa a abordar a crise do capital no contexto dos anos 1970 e suas implicações/rebatimentos no mundo do trabalho e no campo da organização da classe trabalhadora nos dias atuais.

Compreender a classe trabalhadora hoje implica também compreendermos as modificações que o mundo do trabalho vem vivenciando, mudanças essas que impactam tanto objetivamente quanto subjetivamente o conjunto de pessoas que vivem da venda da sua força de trabalho.

Tendo em vista a relevância desse debate, principalmente no contexto contemporâneo o qual estamos vivenciando um intenso desmonte dos direitos, o propósito consiste em desencadear reflexões capazes de impulsionar estratégias prático-políticas e

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

<sup>4</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

<sup>5</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: greice.grs90@gmail.com.

organizativas, do ponto de vista crítico, que possam contrapor-se às ofensivas do capital que vêm paulatinamente afetando a classe trabalhadora em todas as esferas da vida social. Dessa forma, corroborando o debate de Ricardo Antunes, Marcelo Badaró e Andréia Galvão, a questão que propomos é pensar como aglutinar o conjunto da luta de classes e como, portanto, fazer frente à lógica destrutiva do capital.

## II. DESENVOLVIMENTO:

Sabemos que após um longo período de acumulação de capitais - o qual se deu durante o auge do fordismo e do keynesianismo -, o capitalismo (a partir do início dos anos 1970) começou a expressar sinais de uma crise, a qual possui como traços mais evidentes a diminuição da taxa de lucro devido ao crescimento do preço da força de trabalho; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava autonomia relativa frente aos capitais produtivos, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova etapa do processo de internacionalização; a maior concentração de capitais devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do Estado do bem estar social e das suas formas de funcionamento, acirrando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de redução dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e, por fim, o incentivo acentuado das privatizações, com tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

De fato, a denominada crise do fordismo e do Keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, (...). Era também a manifestação, conforme indiquei anteriormente, tanto do sentido *destrutivo* da lógica do capital, presente na intensificação da *lei de tendência decrescente do valor de uso* das mercadorias, quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de "regulação" que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países avançados, especialmente da Europa (ANTUNES, 1999, p.31).

Tal crise, denominada de crise estrutural do capital, foi marcada também por uma hegemonia do capital financeiro em que os lucros eram transformados em empréstimos para outros países, ou seja, os investimentos não se davam na esfera da produção, o que acabava por não gerar nem emprego, nem consumo, nem novas empresas. Havia uma intensa concentração de capital financeiro nas mãos de poucas empresas (monopolização), o que acabou por impingir um aumento de desemprego e conseqüentemente uma redução da taxa de lucro, pois, com o crescimento do desemprego, houve uma queda na taxa de consumo da população, interferindo diretamente no ramo da produção.

De acordo com Antunes (1999, p.31):

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Desse modo, a resposta dada à crise do capital apenas modificou o padrão de acumulação, porém manteve seu modo de produção.

Devemos destacar que nos anos de 1979/1980 houve uma reestruturação do capital a qual se deu no campo do trabalho com a introdução do Toyotismo (acumulação flexível) e no âmbito do Estado com a introdução do Estado mínimo, mais conhecido como neoliberal. Ambas as mudanças tinham como propósito recuperar as taxas de lucros que haviam decrescido. Cabe elucidar que, junto com a produção de mercadoria variada, aumento do consumo via políticas de créditos e desterritorialização do capital, o toyotismo trouxe graves consequências para a classe trabalhadora, ou seja, com a introdução de novas tecnologias, tem-se a redução do trabalho vivo; o aumento da terceirização e da subcontratação; a redução e eliminação de garantias do trabalho; a falta de tradição de luta sindical, e por fim, uma intensa precarização do emprego formal.

(...) em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural (ANTUNES, 1999, p.33).

No que diz respeito à ascensão neoliberal, esta teve seu cume no ano de 1991 numa reunião que foi realizada em Washington e deu origem a um documento denominado “Consenso de Washington”, o qual funcionou como uma espécie de “receituário”. Cabe frisar que o Brasil adere ao modelo neoliberal em 1991, no governo Collor de Melo. No que tange à configuração econômica do neoliberalismo, esta gira em torno da infraestrutura (subsídios para empresas), privatização (transferência das empresas públicas para o controle transnacional como, por exemplo: privatização da água), diminuição e restrição do gasto público com políticas sociais e, por fim, a desregulamentação das condições e relações de trabalho.

Podemos afirmar que a classe trabalhadora nunca sofreu alterações tão complexas como nesse período e também nos dias atuais. Além de tudo que foi mencionado acima,

uma outra consequência forte se dá no campo da subjetividade dos trabalhadores, ou seja, esses passam a “perder” o seu sentido de pertencimento de classe, logo começa a presenciar uma forte competição entre os próprios trabalhadores, os quais começam a “competir” uns com os outros.

Nesse ponto, Mattos (2009) traz uma reflexão interessante acerca da falta de pertencimento de classe:

O fato, porém, é que tanto na indústria como fora dela, o capital complexificou as formas de exploração e, principalmente, precarizou as defesas legais e contratuais do trabalhador (...) nos últimos vinte, trinta anos, de forma que se torna mais complicado para nós e para todos os trabalhadores identificarem o que há de comum em sua situação de classe. É mais difícil unir um trabalhador diretamente contratado por uma empresa com aquele que trabalha a seu lado, mas é terceirizado de outra firma (...) (p.69).

Nessa citação, fica-nos evidente que, embora sejam situações diferentes de trabalho, ambas se encontram subordinadas à lógica do capital e, por isso, conseqüentemente, subordinadas à lógica da exploração; esse fator em comum é que une esses trabalhadores enquanto classe, enquanto, de fato, classe trabalhadora.

No que tange ao universo sindical, tal período foi marcado por posturas sindicais negociativas que acabaram produzindo junto com o Estado um sindicato de parceria; outro fator que merece destaque é que se passou a usar a força de trabalho de forma diferenciada, logo isso acabou gerando uma forte exclusão de diversos trabalhadores da representação sindical (trabalhadores informais, terceirizados, desempregados), os quais passaram a não ter nem como lutar por melhorias no âmbito do trabalho. Um outro fator importante é o aumento do corporativismo, o qual reforça a lógica do não pertencimento de classe.

Nesse período, estávamos vivendo em nosso país (e acreditamos estar vivendo até os dias atuais) um momento de crise de representatividade dos sindicatos, que, segundo Mattos (2009), havia sido, na maior parte dos países de industrialização mais avançada, dominados pela lógica do capital em sua etapa de maiores concessões na época do Estado do Bem-Estar. Logo, desde o final da década de 70 – com a reestruturação e inserção de políticas neoliberais – esses sindicatos acabaram tendo seus tapetes puxados por seus “parceiros” do capital, e no final da década de 1980 acabaram sendo questionados por movimentos mais representativos da base.

(...) os sindicatos devem possuir um horizonte de representação ampliado (representar os assalariados estáveis, mas também os precarizados, terceirizados, desempregados etc), e devem buscar a luta conjunta com as demais organizações e movimentos da classe na esfera da reprodução da vida, da mesma forma que estes devem se aglutinar aos sindicatos, que continuam essenciais, pois possuem o potencial de impingir dor ao capital naquele espaço, mais sensível, em que o lucro se origina: na produção (MATTOS, 2009, p.72).

O que podemos afirmar é que a crise estrutural, entre várias outras consequências, inseriu um amplo leque de reestruturação do capital, com objetivo de recuperar o seu ciclo reprodutivo afetando de maneira negativa o mundo do trabalho. Foi nesse contexto que se deu início a uma modificação do padrão de acumulação, buscando soluções que dessem maior dinamismo ao processo produtivo, que, então, dava claros sinais de esgotamento. Logo, gestou-se a passagem do padrão taylorista e fordista para os novos modos de acumulação flexível.

Com a finalidade de indagar acerca dos fundamentos da sociedade capitalista, foi no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que as ações dos trabalhadores tiveram seu ponto máximo de efervescência, principalmente no que tange ao controle social da produção. Para Antunes (1999), tal revolta dos trabalhadores nada mais foi do que uma maneira de contestação a um padrão de acumulação que “(...) realizava uma expropriação intensificada do operário massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido” (p.41).

Realizava-se, então uma interação entre elementos constitutivos da crise capitalista, que impossibilitavam a permanência do ciclo expansionista do capital, vigente desde o pós-guerra: além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classe) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e início dos 70 (ANTUNES, 1999, p.42).

Cabe frisar que tanto o fortalecimento das lutas de classes quanto o estancamento econômico como citado acima tiveram um papel crucial na crise que marcou o final dos anos 60 e início dos anos 70.

Infelizmente, podemos constatar que a ação dos trabalhadores através de suas lutas não foi suficiente para se contrapor hegemonicamente à sociabilidade do capital, porém sua capacidade de auto-organização causou receios no funcionamento do capitalismo, o qual, além do salto tecnológico (com a introdução do toyotismo), também percebeu que poderia multiplicar seus lucros explorando não só a força física do trabalhador, mas também a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, ou seja, todas as virtualidades da inteligência. Nesse momento, surge a ideia do trabalhador polivalente. Logo, o que se tem com a derrota da luta operária pelo controle social da produção são novas bases sociais, políticas e ideológicas para se iniciar um novo processo de reestruturação do capital, diferente do que foi realizado pelo taylorismo e pelo fordismo.

Ao contrário de que “alguns” defendem quando abordam a temática do fim do trabalho, o que estamos vivenciando no contexto atual em escala mundial é uma ampliação do assalariamento e exploração do trabalho com retomada de níveis altíssimos de intensificação do tempo e do ritmo do trabalho.

Faz notório elencar que, para Antunes, a classe trabalhadora hoje é definida por um conceito especial, o qual o autor designa de classe-que-vive-do-trabalho; tal conceito tem como propósito:

(...) dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade, sua processualidade e concretude. O que podemos perceber é que a classe trabalhadora hoje inclui todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, sendo estes trabalhadores produtivos ou não (ANTUNES, 1999, p.101).

De acordo com Ricardo Antunes (1999), entende-se por trabalhador produtivo:

(...) aquele que produz diretamente mais valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. Portanto, o trabalho produtivo, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, não se restringe ao trabalho manual direto (...), incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais valia, mas que não são diretamente manuais (p.102).

Enquanto que os trabalhadores improdutivos são:

aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para o uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia (ibidem, p.102).

Cabe destacar que hoje vem ocorrendo uma forte imbricação entre trabalho improdutivo e produtivo, e tal compreensão acaba sendo essencial para entendermos de fato o perfil da classe trabalhadora nos dias atuais.

Conforme nos expressa Antunes (1999, p.103), entendemos por classe trabalhadora hoje:

(...) todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos trabalhadores do setor de serviços, também o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital.

Ou seja, são todos os trabalhadores considerados proletariado precarizado, part time, novo proletariado, terceirizados, e até mesmo trabalhadores que se encontram em situação de informalidade, entre outros.

Devemos frisar que o novo modelo de acumulação também influiu de maneira significativa na queda do trabalhador considerado industrial ou fabril, atualmente estamos nos deparando com um novo perfil de trabalhadores, perfil este marcado infelizmente pelas características de subemprego (como, por exemplo, o crescimento de trabalho no campo do telemarketing e também supermercados), redução de empregos estáveis, alijamento dos jovens (que são aqueles que terminam seus estudos, e não possuem espaço no mercado de trabalho) e dos velhos (que são os trabalhadores acima de 40 anos que uma vez desempregados não conseguem mais retornar ao mercado de trabalho), dentre tantas outras.

Outro fator que merece destaque e que também ocorreu depois da mudança do modelo de acumulação capitalista foi a divisão sexual do trabalho - termo este utilizado por Ricardo Antunes no ensaio intitulado de "Sentidos do Trabalho"- tal divisão perpassa o campo existente entre as dimensões de classe e gênero e permanece presente até os dias atuais. Vemos vivenciando um crescimento plausível do trabalho feminino, porém com uma característica cruel, pois tal crescimento vem se dando em setores precários com fortes índices de desregulamentação, baixos salários, baixa qualificação, entre tantas outras características.

No que tange à organização dos trabalhadores, podemos perceber que esta de uns tempos para cá, conforme já foi dito anteriormente, vem sofrendo crises e uma das consequências da divisão sexual do trabalho é exatamente a não incorporação via sindicato dessas mulheres trabalhadoras e também dos trabalhadores terceirizados e precarizados.

Outra questão que merece atenção quando abordamos gênero no campo do trabalho é o fato da duplicidade da jornada de trabalho feminino, ou seja, na maioria das vezes, a mulher trabalha fora e dentro de casa e, com isso, acaba, segundo Antunes (1999, p.108), sendo explorada:

duplamente pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.

De acordo com Antunes:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (1999, p. 108).

Ainda no que tange à apropriação do trabalho feminino pelo capital, esta tem se dado devido ao fato de as mulheres, diferentemente dos homens, apresentarem maior facilidade para lidar com a polivalência exigida pelo capital. O que percebemos frente ao exposto é que o que deveria ser considerado como uma emancipação do sexo feminino com a entrada da mulher cada vez maior no mercado vem se tornando uma fonte de intensa desigualdade.

Consequentemente, a expansão do trabalho feminino tem se verificado sobretudo no trabalho mais precarizado, nos trabalhos em regime de part time, marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas. Acrescente-se a isso outro elemento decisivo, quando se tematiza a questão do gênero no trabalho, articulando-o, portanto, com as questões de classe (ANTUNES, 1999, p.108).

### **III. CONCLUSÃO:**

Ao se pensar o mundo do trabalho hoje – diante dos impactos negativos das diversas formas de precarização que este vem vivenciando – percebemos que a classe trabalhadora tem se tornado cada vez mais heterogeneizada, fragmentada e complexificada. Frente a este cenário, é ainda mais difícil identificarmos maneiras de organizar essa classe; com isso, temos um enorme desafio para a classe-que-vive-do-trabalho no século XXI, que é o de reunir/reagrupar os vários interesses existentes entre os diversos segmentos que formam o mundo do trabalho, tentando, de fato, reestabelecer os laços de pertencimento de classe.

De acordo com Galvão (2011):

Compreender o posicionamento de classe requer, pois, a análise das condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes, para evitar afirmações que relacionam automaticamente base social e posição política, e também porque a situação objetiva de classe não leva automaticamente à ação coletiva. (...) Disso decorre que a relação entre classes – certas reivindicações e determinadas formas de ação coletiva (...) – requer considerar não apenas sua determinação estrutural, mas também as diferentes conjunturas políticas e as mudanças produzidas na conjuntura, de modo a articular estrutura e conjuntura a fim de explicar por que e em que sentido as classes agem. Nesse sentido, os conflitos sociais são a manifestação de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais (p.112).

Frente a tudo que já foi exposto, podemos afirmar que a luta de classe atualmente se põe num patamar em que existe uma grave crise a atingir a classe trabalhadora, crise esta que, de acordo com Mattos (2009), se objetiva nos seus modos de organização e de luta, mas também na subjetividade coletiva e na consciência de classe dos trabalhadores, haja vista que classe não se define só por sua inserção econômica, mas também por sua consciência política, a qual é um produto histórico e conseqüentemente mutável e dinâmico.



Dessa forma, precisamos pensar a luta de classes não como um processo linear, mas sim como um processo que articula as esferas econômica, política e social.

Com isso podemos concluir que

Nos cabe superar essas armadilhas, percebendo como, apesar da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, a essência da lógica do capital (...) permanece entre nós e, para superá-la, continuamos a depender de um sujeito transformador, que não existe de per si, mas que surge das determinações materiais da vida social, e que só realiza seu potencial emancipatório a partir dos complexos e nunca lineares caminhos da luta de classes, na qual desenvolve sua consciência. Este sujeito somos nós, este sujeito é a classe trabalhadora (MATTOS, 2009, p.74).

#### **IV. REFERÊNCIAS**

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GALVÃO, A. *Marxismo e movimentos sociais*. In: *Crítica Marxista*, nº 32. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011.

MATTOS, M. B. *Reorganizando em meio ao refluxo*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MARX, Karl. *O Capital, livro 1, capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.